

26/07/2024

APEOESP

67

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

GOVERNO PUBLICA DECRETO DO ABONO COMPLEMENTAR DO PISO NACIONAL

Lutamos pelo cumprimento da lei do piso nacional, com reajuste no salário-base e repercussão em toda a carreira, para todos os docentes

Abono complementar é ilegal - APEOESP ingressa anualmente com ação contra essa ilegalidade

Não foi anunciada ainda data para pagamento dos valores retroativos a janeiro de 2024

O Governo do Estado, mais uma vez descumprindo a lei 11.738/2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional, publicou o decreto 68.723/2024, instituindo pagamento do abono complementar, proporcional à jornada de trabalho, para aquelas e aquelas que recebem salários inferiores ao piso nacional. Não foi divulgada a data do pagamento dos valores retroativos a janeiro de 2024. Estamos cobrando que este pagamento seja imediato.

Abono complementar é ilegal

O Estado vem adotando há vários anos essa forma ilegal de pagamento, que beneficia apenas uma pequena parcela de professores e não se incorpora aos salários para quaisquer efeitos. O pagamento correto se dá pelo reajuste no salário-base, repercutindo em toda a carreira e beneficiando todos os professores, porque piso é a remuneração mínima, não o teto. Quando sofre reajuste, portanto, toda a carreira deve ter elevação de valores.

Lutamos pelo cumprimento da lei do piso nacional

Por esta razão, anualmente a APEOESP ingressa com ação judicial para que a lei do piso nacional seja cumprida corretamente. Lembramos que a primeira ação que impetramos, em 2017, foi vitoriosa em todas as instâncias, resultando na determinação de um reajuste de 10,15%. Entretanto, a então presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lúcia, acatou um recurso extraordinário do Estado, a nosso ver irregular, suspendendo o pagamento do reajuste. Recurso da APEOESP até o momento não foi julgado, apesar de nossas gestões junto a sucessivos presidentes do STF desde então.

Questionada pela APEOESP, SEDUC publica orientação para dispensa de horários para participação nas CIPAs

A partir de questionamento é reivindicação da APEOESP, a CGRH/SEDUC emitiu comunicado assegurando aos professores integrantes das CIPAs dispensa de ponto para participação em reuniões ordinárias e extraordinárias desses organismos.

Entretanto, reivindicaremos a ampliação do total de horas mensais, tendo em vista a necessidade de deslocamentos, sobretudo na Capital, Grande São Paulo e grandes cidades do interior.



VOTE X NÃO
ÀS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES!
ESCOLA NÃO É QUARTEL!
CONSULTA PÚBLICA: DE 1 A 15 DE AGOSTO
SEGUNDA RODADA - 20 A 22 DE AGOSTO

Tarcísio/Feder querem transformar escolas estaduais em escolas cívico-militares, criminalizando estudantes da periferia.

NÃO PODEMOS PERMITIR!

VOTE X NÃO

APEOESP

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Voto 4 - CEB - 1204